

ANEXO VI – Documento de Oficialização de Demanda Administrativa (DOD Administrativo)

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE DA SOLUÇÃO			
Unidade:	SPEX/CAP/SAO	Data:	02/03/2017
Demanda:	<i>Contratação de serviços de postagens e vendas de produtos - 2017, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.</i>		
Responsável pela Demanda:	MARIA MARLY FRUTUOSO		
Integrante Demandante:	MARIA MARLY FRUTUOSO		
Dotação Orçamentária:	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Ordinário (anexar formulário SIGEPRO) <input checked="" type="checkbox"/> (x) Pleitos (anexar formulário SIGEPRO) <input type="checkbox"/> () Biometria (anexar formulário SIGEPRO) <input type="checkbox"/> () Demanda não prevista no Orçamento ou no Plano de Contratações Gerais	Custo Estimado (R\$):	*Observar as informações constantes na tabela exposta no Memo nº 08-2017-SPEX (fl. 2)
Tipo de Aquisição/Contratação	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Pronta Entrega (Serviço) <input type="checkbox"/> () Sistema de Registro de Preços <input type="checkbox"/> () Adesão (anexar cópia da ARP)		

OBJETIVO ESTRATÉGICO (PEI)
<p><i>O objetivo desta contratação encontra-se alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, no que se refere aos processos Internos, uma vez que através deste contrato (ao possibilitar a movimentação de correspondências e processos com maior rapidez via os serviços dos Correios) este Regional promoverá maior celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; bem como no que se refere à parte de Orçamento e Finanças, visto que haverá uma maior economia de gastos ao enviarmos documentos e processos aos diversos órgãos externos com baixo custo, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da gestão de custos com foco na eficiência e na sustentabilidade planejados para o período de 2016-2020.</i></p>

MOTIVAÇÃO
<p><i>Pretende-se com esta contratação viabilizar a recepção e envio de documentos e processos oriundos dos setores desta Casa aos órgãos externos com rapidez e segurança, através dos diversos serviços de postagens oferecidos pela ECT.</i></p>

METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A SEREM ALCANÇADAS
<p><i>Pretende-se alcançar com esta contratação as metas do PEI relativa à “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional” e o “Aperfeiçoamento da gestão de custos com foco na eficiência e na sustentabilidade”.</i></p>

DECLARAÇÃO

Responsável pela Unidade Administrativa Demandante da Solução
<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 60%; margin: 0 auto;"></div>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2201/201

OBJETO: *Contratação de serviços de postagens e vendas de produtos - 2017, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.*

ESTUDOS PRELIMINARES Nº 01/2017

1. DO OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a **ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA FINS DE** *Contratação de serviços de postagens e vendas de produtos - 2017, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT*, à luz do disposto no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93 c/c arts. 3º, III, da Lei 10.520/2002, bem como as disposições contidas no art. 9º, I, e §1º e 2º, todos do Decreto nº 5.450/2005.

1.2. Integram os presentes estudos preliminares os seguintes anexos:

- Anexo I – Pesquisa sobre empresas especializadas em entrega de produtos;
 - Anexo II - PARECER AGU/CGU/JCBM/ 0019/2011, referente ao Processo nº 0400.011022/2010-72, sobre a Contratação da ECT por dispensa de licitação para serviços não exclusivos;
 - Anexo III - Fundamentação da Contratação Direta por DL feito pela ECT; e
 - Anexo IV – E-mail da ECT sobre definição de Correspondência Agrupada;
-

2. DO ESTUDO E DA DOCUMENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1. Avaliar a situação atual do problema

Trata-se da necessidade urgente de contratação para a prestação dos serviços continuados descritos no objeto acima, tendo em vista que o contrato vigente expira-se em 16/04/2017, não podendo mais ser prorrogável, uma vez que já decorreram os 60 (sessenta) meses nele pactuado, conforme observa-se através do protocolo PAE nº 2199/2012.

2.2. Riscos decorrentes da situação atual

A situação atual não apresenta riscos, pois trata-se da prestação de serviços que têm atendido a contento as demandas deste Regional, tanto na capital quanto no interior do estado.

2.3. Avaliar a urgência da necessidade

Esta contratação deve ser efetuada com o máximo de urgência possível, tendo em vista o exíguo prazo para o término do atual contrato (16/04/2017), podendo este TRE/RN ficar sem acesso aos vários serviços de postagens de seus documentos, processos e encomendas, que são feitas diariamente pelos diversos setores desta Casa e dos Cartórios Eleitorais da Capital e do Interior deste estado, de modo a evitar maiores prejuízos à Administração.

Esta contratação poderá ser feito Dispensa de Licitação, considerando as mesmas contratações anteriores e considerando o Parecer da AGU nº 0019/2011, referente ao Processo nº 0400.011022/2010-72, sobre a Contratação da ECT por dispensa de licitação para serviços não exclusivos (cópia em anexo) e a Fundamentação da ECT acerca deste mesmo tema (cópia em anexo).

3. DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. Levantamento dos Quantitativos:

SERVIÇOS	QUANTIDADES	
	Ano não eleitoral	Ano eleitoral
CARTA SIMPLES/REGISTRADA/AR	1.000	1.100
SELOS	150	250
TELEGRAMA	70	70
REMESSA LOCAL	50	26.000
SEDEX	450	650

PAC	700	
------------	-----	--

*** estimativas realizadas com base nos dados informados pela ECT.**

3.2. Levantamento das unidades interessadas no objeto

A prestação dos serviços de postagens é de interesse de todos os setores da secretaria deste Regional, bem como de todos os Cartórios Eleitorais da Capital e do Interior do estado do Rio Grande do Norte

4. DA NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. Legislação Específica sobre o Objeto

- Lei 8.666/93 (art. 24, VIII);
- PARECER AGU/CGU/JCBM/ 0019/2011;
- PARECER NS 294-AGU;
- Lei n. 6.538/78;
- ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Federal) nº 46-7/2009;
- CF/1988 (art. 21, X).

4.2. REGISTROS OU CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO

Não se aplica.

4.3. Legislação sobre Margem de Preferência aplicáveis ao Objeto

Não se aplica.

4.4. Normas Regulamentares (NR's) e da ABNT em relação ao Objeto

Não se aplica.

4.5. Regras de Sustentabilidade

Para um desenvolvimento sustentável deve-se considerar os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Nesse sentido os serviços a serem fornecidos devem priorizar ações que se alinhem às diretrizes de tal sustentabilidade, de forma a oferecer serviços de qualidade com baixo custo, atingir um desempenho ambiental ideal com o mínimo de impacto ambiental e buscando sempre a melhoria dos serviços oferecidos.

5. DO ESTUDO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

As instituições públicas, obedecendo aos princípios da eficiência e economicidade, devem aproveitar os recursos escassos da melhor forma possível, sempre buscando a melhor opção nos investimentos.

Neste sentido é que torna-se de suma importância a contratação de uma empresa que preste serviços de postagens de documentos e encomendas a preços acessíveis e que efetuem entregas em todo o território nacional, ainda que em muitas localidades não lhe seja viável economicamente.

5.1. Soluções Disponíveis

Foram feitas pesquisas prévias no mercado via internet (resultados da pesquisa em anexo) e licitações anteriores de outros órgãos (TRE/MG – Termo de Referência em anexo) para averiguar as soluções existentes atualmente.

5.2. Condições Gerais praticadas pelo Mercado

A partir destas empresas pesquisadas fizemos uma simulação de envio de encomenda com peso de 5 kg, numa embalagem de 15 cm de altura x 20 cm de largura e 30 cm de profundidade, na modalidade tipo Sedex, tendo seu ponto de origem na cidade de Natal, com destino a São Paulo, e chegamos aos resultados abaixo descritos:

ITEM	EMPRESA	PRAZO DE ENTREGA	VALOR DA POSTAGEM
01	SPEEDPAK	Não trabalha com Órgãos Públicos	---
02	DHL	02 dias	R\$ 330,52
03	KODEX EXPRESS	02 dias	R\$ 222,01
04	ECT	05 dias	R\$ 149,40

6. DA GARANTIA DE QUALIDADE

6.1. Certificações, Rotulagens ou Laudos em relação ao objeto

- A qualidade dos serviços de postagens devem ser certificados pela UPU (União Postal Universal), a qual estabelece indicadores técnicos como transmissão eletrônica de dados e

distribuição no prazo, atendimento ao cliente e volume de tráfego submetido a pagamento por desempenho, entre outros.

7. DA AVALIAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

7.1. Levantamento de certificações ou rotulagens de critérios ambientais

Não há certificações e outros critérios ambientais específicos para o objeto. A própria empresa estabelece seus programas próprios de ações que evitem impacto ambiental e promovam a conscientização da sociedade acerca do assunto, sempre considerando a Lei nº 12.305/2010 que versa sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto nº 5.940/2006

8. DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE CUSTO DAS SOLUÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	FORNECEDOR /PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA/PGO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Serviços de postagens em geral	ECT	8.000,00	96.000,00
02	Serviços de postagens para convocação de mesários (Ano Eleitoral)	ECT	---	99.140,00

9. DAS JUSTIFICATIVAS

a) Os serviços identificados neste Estudo Preliminar são necessários para que possa haver comunicação, manuseio, recepção e envio de documentos, processos e encomendas entre este TRE/RN, os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado e os diversos órgãos externos a nível local e nacional;

b) A indicação para esta contratação é a Dispensa de Licitação por enquadrar-se no inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, redação dada pela Lei nº. 8.883/94, que define uma das hipóteses de contratação por dispensa de licitação:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;”

Observa-se que a Lei que dispõe sobre os serviços postais (Lei nº 6.538/1978) e o Decreto-lei que transforma o Departamento de Correios e Telégrafos (ECT) em empresa pública (DL nº 509/1969) são anteriores à Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) e que os preços praticados por esta empresa são compatíveis com os praticados no mercado, conforme já demonstrado no item 5.2

10. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
01	Carta comercial	RC10073
02	Sedex	RC40096
03	PAC	RC41068
04	Impresso	RC20150
05	MDPD	14036
06	Serv. Telemático	60073
07	Aquisição de Produtos	RC85001/RC85004

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da empresa contratada, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
-

11.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à empresa contratada juntamente a de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e conseqüências.

11.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa contratada.

11.4. Para efeito de aplicação de sanções administrativas, as infrações contratuais cometidas pela contratada serão classificadas, conforme o impacto na execução contratual, em 3 (três) níveis:

-
- a) **Leve:** falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores conseqüências à sua finalidade, atribuindo-se 1 (um) ponto para cada infração desse nível.
 - b) **Média:** falha que causa impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua finalidade, atribuindo-se de 2 (dois) a 5 (cinco) pontos para cada infração desse nível.
 - c) **Grave:** falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade, atribuindo-se de 6 (seis) a 10 (dez) pontos para cada infração desse nível.

11.5. A autoridade competente poderá utilizar o quadro auxiliar abaixo para aplicar as sanções administrativas previstas no item 11.1 de acordo com a pontuação acumulada decorrente das infrações cometidas pela empresa contratada durante a execução do contrato, considerando a tabela exemplificativa de infrações contratuais constante do item 11.6:

- a) de 3 (três) a 5 (cinco) pontos: sanção de advertência;
- b) de 6 (seis) a 7 (sete) pontos: sanção de multa de 1% (um por cento) do valor do contrato;
- c) de 8 (oito) a 9 (nove) pontos: sanção de multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato;
- d) de 10 (dez) a 11 (onze) pontos: sanção de multa de 3% (três por cento) do valor do contrato;
- e) de 12 (doze) a 13 (treze) pontos: sanção de multa de 4% (quatro por cento) do valor do contrato;
- f) de 14 (quatorze) a 15 (quinze) pontos: sanção de multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

g) de 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) pontos: sanção de multa de 6% (seis por cento) até 10% (dez por cento) do valor do contrato;

h) acima de 20 (vinte) pontos: a sanção fixada na alínea “g”, cumulada com:

h.1. Sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 anos; ou

h.2. Sanção de negativação junto ao SICAF e impedimento de contratar com a Administração, por até 5 (cinco) anos; e/ou

h.3. Rescisão contratual.

11.7. Tabela de infrações contratuais:

Nível da infração contratual	Descrição da infração contratual	Pontuação para cada infração	Incidência da Pontuação
Leve	Não fornecimento de cartões de postagem para cada representante credenciado pela contratante.	01	Por ocorrência
	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise do relatório/fatura para pagamento mensal.	01	Por dia
	Entrega de documentos e/ou encomendas com embalagens danificadas/amarrotadas	01	Por embalagem
Média	Atraso na devolução de AR	02	Por dia
	Devolução de documentos e/ou encomendas sem motivos plausíveis justificados	03	Por ocorrência
	Atraso excessivo na entrega de documentos e/ou encomendas	04	Por dia
Grave	Entrega de documentos e/ou encomendas a destinatário diverso do indicado pela contratante	06	Por dia

	Não devolução de AR	07	Por dia
	Não disponibilização da Fatura física para pagamento mensal em tempo hábil para a apropriação das despesas (obs.: A fatura disponibilizada via internet não fornece todos os dados necessários ao ateste das despesas pelo fiscal do contrato TRE/RN)	08	Por dia

11.8. Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no item anterior, a Administração poderá aplicar à futura empresa contratada quaisquer das sanções listadas no item 11.1, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O início da execução contratual será contado a partir da data da assinatura do contrato.

Natal/RN, 08 de março de 2017

MARIA MARLY FRUTUOSO

CHEFE DA SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO